



III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Declaração das ONGs: Ciência e Tecnologia com Inclusão Social

Muito fizemos entre uma conferência e outra...



**Não, não tenho caminho novo.
O que tenho de novo
é o jeito de caminhar.**

**Aprendi
(o caminho me ensinou)
a caminhar cantando
como convém a mim
e aos que vão comigo.
Pois já não vou sozinho.**

Thiago de Mello

As organizações não governamentais (ONGs) presentes na III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) manifestam sua congratulação pelo espaço dedicado a debater Inclusão Social neste evento e apresentam esta Declaração como fruto de uma longa trajetória da sociedade civil organizada para fortalecer a Ciência, a Tecnologia e a Inovação voltadas à inclusão social e ao direito humano ao conhecimento.

Entre os dias 17 e 19 de outubro de 2005, em Brasília, ONGs com atuação nas cinco regiões do Brasil estiveram reunidas, mais

uma vez, para avançar na construção de uma Política Pública de CT&I para a inclusão social, com ênfase na Tecnologia Social, assim como formular diretrizes e propostas a serem apresentadas nesta III Conferência.

Estas organizações representam todas as outras que vêm participando, desde a II Conferência Nacional de CT&I, em 2001, dos muitos encontros, seminários e oficinas realizados para consolidar o papel das ONGs no processo de produção de conhecimentos que melhoram as condições de vida da população, ampliam a cidadania e promovem a inclusão.

Declaração das ONGs: Ciência é Tecnologia com Inclusão Social

Muito fizemos entre uma conferência e outra...

O modelo de desenvolvimento brasileiro tem operado, reiteradamente, acreditando que a relação entre CT&I e inclusão social se daria de maneira automática. No entanto, o caminho que vai da realização de um descobrimento ou progresso científico em algum laboratório até que a sociedade se beneficie dele é longo, difícil e exige a atuação contínua do Estado.

O “progresso” científico e tecnológico tem se mostrado eficaz em criar novos bens e serviços, em lançar demandas antes inexistentes, sem que se tenha atendido as necessidades básicas de ampla camada da população e sem que se questionem seus impactos sociais e ambientais. Muitas vezes, o resultado é mais degradação do meio ambiente e mais exclusão.

As relações entre ciência, tecnologia, inovação e sociedade são complexas e desiguais, especialmente em um país tão heterogêneo como o Brasil.

Estamos diante de uma nação com uma das piores desigualdades de renda do mundo, onde 53 milhões de pessoas vivem na pobreza, 85

milhões são analfabetos funcionais e 40% da população possui renda familiar *per capita* inferior a R\$ 5 por dia¹, insuficiente para garantir as necessidades básicas do ser humano. E, mesmo possuindo a maior biodiversidade do planeta, a maior floresta tropical, 12% das reservas de água doce do mundo, neste país a valoração dos ativos ambientais e a relação entre meio ambiente e pobreza não são sequer discutidas com seriedade. Questões urgentes como o equilíbrio da configuração territorial, a moradia nos grandes centros, a segurança pública, a reforma agrária, a discriminação racial, entre tantas outras, há séculos clamam por soluções viáveis e eficazes.

Esta realidade de desencontro entre os problemas brasileiros e a CT&I bate à nossa porta e nos desafia, cotidianamente, a formular respostas e construir alternativas que promovam, efetivamente, a melhoria das condições de vida da população, aproximando o *saber* do *fazer*, os problemas de suas soluções, em sintonia com a diversidade socioeconômica e ambiental das regiões brasileiras.

Os catadores de materiais recicláveis aprendem a transformar o “lixo” em riqueza para seu susten-

¹ Dados publicados em Crescimento e Pobreza, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



to, os agricultores familiares do semi-árido, do cerrado e da floresta elaboram estratégias de geração de trabalho e renda, a partir dos princípios da agroecologia, as populações indígenas, ribeirnhasequilombolasre-elaboramosconhecimentos tradicionais, percebendo na biodiversidade a fonte de inúmeras medicinas e terapias alternativas. Estes são exemplos, entre tantos outros espalhados pelo país, de soluções extremamente ricas, que falam diretamente às pessoas que vivem a exclusão e para superá-la produzem, mobilizam e compartilham aprendizagens e conhecimentos capazes de responder às demandas sociais.

Em matéria de CT&I, sabemos que o grande desafio da nação é fazer com que os benefícios gerados pelos avanços científicos e tecnológicos sejam distribuídos de maneira mais igualitária, que o conhecimento popular seja reconhecido e valorizado, que se possibilite a apropriação dos instrumentos do conhecimento pelas parcelas que, historicamente, não tiveram acesso a eles, e que as políticas de CT&I sejam orientadas para inclusão social e para construção de um Brasil mais humano, justo, equânime, sustentável e solidário.

Com essa perspectiva, não podemos assumir como indicadores de desenvolvimento apenas números ou índices que expressem aumento de PIB, volume de exportações, superávit primário, sem considerar por trás de tudo isso o cidadão, com oportunidade para uma vida melhor, justiça social, elevação no nível de qualidade de trabalho, garantia de salário digno, ampliação dos serviços de educação e saúde, direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, entre outros critérios fundamentais.

A Tecnologia Social é forjada com esta visão, e a partir das necessidades do povo, das angústias e anseios daqueles que são os excluídos desta nação, que clama por ações urgentes de inclusão social. A Tecnologia Social se enriquece e se viabiliza no diálogo entre os saberes, onde quer que sejam produzidos. Ela explicita as demandas da população como parte dos objetivos para os quais a ciência, a tecnologia e a inovação devem apontar caminhos e soluções. E requer o compromisso e a atuação contínua e articulada das instituições envolvidas no processo de produção, aplicação, disponibilização e apropriação de conhecimentos e tecnologias, em todo o país.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001 concentra-se especificamente em como as tecnologias afetarão os países em desenvolvimento e a população pobre. (...) Sem políticas públicas inovadoras, tais tecnologias poderiam se tornar uma fonte de exclusão, não uma ferramenta para o progresso. As necessidades da população pobre poderiam continuar negligenciadas, novos riscos globais sendo deixados sem gerência. Mas, bem administrados, as recompensas poderiam ser maiores que os riscos.

Fonte: Relatório Anual ITS 2003
www.itsbrasil.org.br





A exclusão de grande parcela da população brasileira em relação à CT&I é um problema imenso e, sem dúvida, constitui-se em mais uma das facetas perversas da exclusão. No entanto, ela não é a única. Existem problemas que dependem de decisões que acontecem no campo da política, não tendo um caráter meramente técnico, mas ligado à capacidade de organização da sociedade civil em se afirmar como interlocutor legítimo.

Fonte: Relatório Anual ITS 2003

Encurtando a distância entre as soluções e os problemas

As ONGs contribuem muito para esse processo. Elas vêm se destacando pela promoção de um trabalho voltado para o desenvolvimento local, comprometido com a educação e os preceitos da sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômica, com a valorização dos saberes populares e o aproveitamento dos recursos disponíveis em cada localidade.

As experiências das ONGs na produção e disseminação de conhecimentos, disponibilização e apropriação de tecnologias, em interação com grupos sociais excluídos, são muito significativas. No meio rural, essas experiências possuem alto grau de inovação, que pode ser identificada, com destaque, na agroecologia e nos sistemas agroflorestais. No meio urbano, elas têm se destacado em áreas como educação, saúde, habitação, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional, entre outras.

Em todo o país, estas organizações têm fomentado alternativas de geração de trabalho e renda para as populações excluídas do sistema econômico vigente, articulando parcerias produtivas, desenvolvido metodologias participativas de capacitação de jovens e adultos para que atuem na resolução dos problemas socioeconômicos e ambientais em suas próprias comunidades.

A maior parte das metodologias utilizadas foi criada e aprimorada fora do âmbito da comunidade acadêmica e dos centros de pesquisa,

sendo resultado de um intenso processo de interação entre as ONGs, as comunidades e demais atores que produzem conhecimentos, assim como da constante troca de experiências entre projetos da mesma natureza.

A partir das considerações acima, as ONGs que agregam CT&I para a inclusão social em suas ações propõem:

- >> Garantir a CT&I como ferramenta para o desenvolvimento humano, econômico e socioambiental, promovendo a inclusão social dos milhões de brasileiros em situação de exclusão.
- >> Consolidar o direito humano ao conhecimento, enquanto requisito inalienável da cidadania, em todas as políticas públicas e em todas as esferas de governo.
- >> Fortalecer, no Ministério de C&T, a Secretaria de C&T para a Inclusão Social, no sentido de que se constitua no órgão do executivo federal responsável pela articulação interministerial relacionada às ações de Tecnologia Social, além de interlocutor com a sociedade civil organizada.
- >> Criar espaços de participação de representantes da sociedade civil organizada em órgãos colegiados de elaboração e planejamento de políticas públicas de C&T, e em comitês de avaliação e monitoramento, tais como:



- Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
 - Conselho Deliberativo do CNPq
 - Comitês Assessores do CNPq
 - Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, do Ministério de Ciência e Tecnologia
- >> Ampliar e garantir o acesso das ONGs e outras instituições que elaboram e promovem Tecnologia Social aos instrumentos de apoio e fomento a ensino, pesquisa e extensão no Brasil.
- >> Criar e viabilizar programas de capacitação e fortalecimento institucional para ONGs que desenvolvem Tecnologia Social.
- >> Ampliar e estimular a criação de editais para projetos de CT&I voltados à inclusão social cooperativados, ou seja, com compartilhamento de responsabilidades tanto na gestão quanto na execução entre universidades, ONGs, instituições de pesquisa, poder público e empresas
- >> Fortalecer o papel da extensão universitária, considerada fundamental para garantir a missão social da universidade de formar não apenas excelentes técnicos, mas cidadãos comprometidos com a sociedade na qual vivem, e profissionais capacitados a promover o diálogo construtivo dos saberes populares com os conhecimentos técnicos e científicos,

valorizando a diversidade socioambiental das regiões brasileiras e a apropriação das tecnologias sociais pelas comunidades.

- >> Considerar, nas investigações científicas desenvolvidas pelas universidades e centros de pesquisa, as organizações locais existentes e a Tecnologia Social como instrumento para que os conhecimentos produzidos nestas instituições beneficiem as comunidades.
- >> Criar e viabilizar programas de apoio à Inovação nas ONGs.
- >> Fomentar e fortalecer as ações direcionadas a elaborar a política pública nacional de CT&I para a inclusão social, com ênfase na Tecnologia Social.

Como forma de garantir a continuidade da trajetória da sociedade civil organizada na promoção de CT&I para a inclusão social, as entidades ONGs decidiram:

- >> Criar o Fórum Nacional das ONGs que atuam com Tecnologia Social para consolidar e aprofundar a participação das ONGs no processo de construção de CT&I, no Brasil, em articulação com o poder público, universidades, instituições de pesquisa, agências de fomento de CT&I e empresas.





Esta declaração foi elaborada por:

Academia Brasileira de
Ciência – ABC

Agente de Pastoral Negros – APN

Associação Brasileira das
Instituições de Pesquisa
Tecnológica - Abipti

Associação em Áreas de
Assentamento no Estado do
Maranhão – ASSEMA/MA

Associação Pernambucana
de Defesa da Natureza –
ASPAN/PE

Associação Serviço de
Educação Popular –
SEDUP/PB

Centro Interdisciplinar de
Assistência e Pesquisa em
Envelhecimento - CIAPE

Centro de Desenvolvimento
Sustentável e Capacitação
em Agroecologia - CEAGRO
– MST/PR

Centro de Estatística
Religiosa e Investigações
 Sociais – CERIS/RJ

Confederação das
Cooperativas de Reforma
Agrária – CONCRAB

Fundação para o Desenvolvimento
de Comunidades Pesqueiras
Artesanais – FUNDIPESCA/BA

Grupo de Trabalho
Amazônico – GTA/PA

Instituto Banco Palmas/
CE

Instituto Ecoar para a
Cidadania – ECOAR/SP

Instituto de Pesquisas
Ecológicas – IPÊ

Instituto Socioambiental –
ISA

Instituto de Tecnologia
Social – ITS/SP

Rede de Informação para
o Terceiro Setor – RITS

Realização:



R. Rego Freitas, 454, cj.73,
República, São Paulo
tel. (11) 3151-6499
3151-6419
www.itsbrasil.org.br